

A FORTUNA E A PROVIDÊNCIA: MAQUIAVEL E CALVINO, DOIS OLHARES SOBRE A HISTÓRIA E A VIDA

*Hermisten Maia Pereira da Costa**

RESUMO

Em 2013 foram comemorados os 500 anos da redação de *O Príncipe* (1513), de Maquiavel. Em 2014, são lembrados os 450 anos da morte do reformador francês João Calvino (1564). Esses dois personagens, com referenciais teóricos e pressuposições tão diferentes, exerceram grande influência na história das ideias e continuam sendo estudados com entusiasmo em pleno século 21. O autor propõe-se a analisar aspectos de suas compreensões sobre religião, história e vida, avaliando, conseqüentemente, a participação humana dentro deste cenário.

PALAVRAS-CHAVE

Maquiavel; Calvino; Religião; História; Fortuna; Providência.

INTRODUÇÃO

O sentimento religioso, mesmo sendo recheado de elementos de racionalidade e compreendido dentro dos cânones da razão, também possui elementos inexplicáveis. Sei que este argumento pode ser iniciado pelo fim; no entanto, neste caso, a ordem dos argumentos não altera a tese: o sentimento religioso pode ser compreendido dentro de uma perspectiva plural na qual se aglutinam elementos de racionalidade e, digamos, elementos estranhos à razão humana. O nosso conhecimento, inclusive o científico, como sabemos, é provisório¹ e

* O autor é mestre e doutor em Ciências da Religião e professor visitante do CPAJ. Integra a equipe pastoral da Primeira Igreja Presbiteriana de São Bernardo do Campo (SP).

¹ “O velho ideal científico da epistême, do conhecimento absolutamente certo, demonstrável – provou ser um ídolo. A exigência da objetividade científica torna inevitável que todo enunciado científico permaneça provisório para sempre. Pode-se de fato corroborá-lo, mas toda corroboração é relativa aos

limitado.² A ciência é uma construção coletiva,³ não dando conta de compreender e, menos ainda, explicar toda a realidade.⁴ O método científico, a despeito de sua grande relevância, é limitado.⁵ Daí a humildade necessária⁶ por parte de todos os amantes da ciência, e que por isso, por este amor comprometido, entram neste jogo.⁷

Por outro lado, é fato que a religião está presente em todas as culturas. Mesmo que ingenuamente tentemos ignorar, a realidade é que a religião compõe com cores fortes, variando apenas de tonalidade, o colorido de todas as culturas,

outros enunciados que, novamente, são provisórios. Somente podemos estar ‘absolutamente certos’ de nossas experiências subjetivas de convicção, de nossa fé subjetiva. Com o ídolo da certeza (incluindo-se os graus de certeza imperfeita ou probabilidade) cai um dos baluartes do obscurantismo que barra o caminho do avanço científico, reprimindo a audácia de nossas questões e pondo em perigo o rigor e a integridade de nossos testes. A concepção errada da ciência trai-se em sua pretensão de ser correta; pois, o que faz o homem de ciência não é sua posse do conhecimento, da verdade irrefutável, mas sua indagação persistente e temerariamente crítica da verdade. (...) A ciência nunca persegue o fim ilusório de que suas respostas sejam definitivas ou mesmo prováveis. Seu avanço dirige-se, ao contrário, para o fim infinito e ainda assim atingível de sempre descobrir problemas novos, mais profundos e mais gerais, e de sujeitar suas respostas sempre provisórias a testes sempre renovados e cada vez mais rigorosos”. POPPER, Karl R. *A lógica da investigação científica*. Os Pensadores, v. 44. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 383, 384. Ver também: PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Os Pensadores, v. 51. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 129-130. “Hoje em dia toda a gente reconhece que a plena certeza é algo de inatingível nas ciências a que se chama ‘indutivas’”. POPPER, Karl R. *O realismo e o objectivo da ciência*. Pós-escrito à lógica da descoberta científica, v. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 234-235.

² “[A ciência] é provisória e limitada”. BARTH, Karl. *Esboço de uma dogmática*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006, p. 7.

³ “A ciência é obra coletiva, porquanto supõe vasta cooperação de todos os sábios, não somente de dada época, mas de todas as épocas que se sucedem na história”. DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, (s.d.), p. 35.

⁴ “O conhecimento científico é produto de um empreendimento humano coletivo ao qual os cientistas fazem contribuições individuais purificadas e ampliadas pela crítica mútua e pela cooperação intelectual. Segundo essa teoria, a meta da ciência é um consenso de opinião racional sobre o campo mais amplo possível”. ZIMAN, John. *O conhecimento confiável: uma exploração dos fundamentos para a crença na ciência*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 13.

⁵ “Ainda que o conhecimento científico seja importante e poderoso, é essencialmente limitado”. VAN RIESSEN, Hendrik. *Enfoque cristiano de la ciência*. 2. ed. Países Bajos: Felire, 1990, p. 57.

⁶ “A primeira preocupação de todo praticante de ciência, e, particularmente, de todo teólogo, é ser humilde e modesto. Um cientista não deve pensar que é mais sábio do que realmente é. Toda disciplina científica está presa ao seu objeto. Ela não pode – por causa de uma teoria preconcebida – falsificar ou negar os fenômenos que observa”. BAVINCK, Herman. *Dogmática reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, v. 2, p. 246. “Sem humildade, não pode haver verdadeiro avanço científico”. HORTON, Michael S. *O cristão e a cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998, p. 116.

⁷ Para uma abordagem mais ampla sobre a ciência, seus desejos e limitações, ver: COSTA, Hermisten M. P. A ciência e a sua “autonomia”: Ciência ou fé? Rompendo em fé com a fé. *Ciências da Religião: História e Sociedade*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie (8/1, 2010): 61-97. Disponível em: editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/1458/2379. Acesso em: 17 out. 2014.

determinando, assim, a visão da realidade e conseqüentemente a ética e os valores destas.⁸ A religião é um apanágio do ser humano.⁹ O etnólogo Malinowski (1884-1942), inicia seu livro *Magia, Ciência e Religião*, com esta afirmação: “Não existem povos, por mais primitivos que sejam, sem religião nem magia”.¹⁰

A análise introdutória do pensamento destes dois autores com compreensões tão diferentes se deve ao fato de que em 2013 tivemos as comemorações dos 500 anos da redação da obra mais famosa de Maquiavel (1469-1527), *O Príncipe*.¹¹ Por sua vez, em 2014, relembramos os 450 da morte do Reformador João Calvino (1509-1564). O sentimento religioso está presente na obra de ambos, ainda que de modo diferente e com propósitos distintos. Vamos ao assunto.

1. MAQUIAVEL: NEM ANJO, NEM DEMÔNIO – UM POUCO DOS DOIS¹²

1.1 Pensador controvertido

Maquiavel é o oposto a um maquiavélico, pois descreve as manhas do poder, pois, como se disse, “divulga um segredo” – Merleau-Ponty.¹³

O quadro de um Maquiavel cor-de-rosa não é um quadro historicamente verdadeiro. É uma convenção fabulosa tão oposta à verdade histórica como a concepção do “diabólico” Maquiavel – E. Cassirer.¹⁴

⁸ “Por toda a parte, até hoje, tem sido o sentimento religioso a inspiração, a substância, ou o cimento das instituições livres, onde quer que elas duram, enraizam, e florescem”. BARBOSA, Ruy. *Cartas de Inglaterra*. 2. ed. São Paulo: Livraria Academica Saraiva & C. Editores, 1929, p. 433.

⁹ Thomas Hobbes em 1651, concluiu que a religião é exclusividade do ser humano: “Verificando que só no homem encontramos sinais, ou frutos da *religião*, não há motivo para duvidar que a semente da *religião* se encontra também apenas no homem, e consiste em alguma qualidade peculiar, ou pelo menos em algum grau eminente dessa qualidade, que não se encontra em outras criaturas vivas”. HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Os Pensadores, v. 14. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 69. No século 20 Nash falou sobre o caráter inescapável da religião na vida humana: “Religião é uma realidade inescapável da vida. Todos os humanos têm algo que os preocupa de maneira última e, seja este qual for, o seu objeto final é a pessoa de Deus”. NASH, Ronald H. *Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 19.

¹⁰ MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições Setenta, (s.d.), p. 19.

¹¹ *O Príncipe* foi escrito em 1513 e publicado postumamente em 1531.

¹² Quanto às opiniões diferentes a respeito de Maquiavel e sua obra, ver: CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Agir/ Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 44ss.; BERLIN, I. O problema de Maquiavel: In: *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 117-143; CASSIRER, Ernst. *O mito do estado*. São Paulo: Códex, 2003, p. 145-159.

¹³ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Elogio da filosofia*. Coleção Ideia Nova. 2. ed. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, (1979), p. 76.

¹⁴ CASSIRER, *O mito do estado*, p. 175.

Niccolò Machiavelli nasceu em Florença em 3 de maio de 1469, filho do advogado Bernardo e de Bartolomea, sendo o terceiro de quatro filhos do casal. Morreu em 1527.

Maquiavel é considerado “o fundador do pensamento político moderno”.¹⁵ Todavia, sua figura e ideias se constituem numa imagem difusa, onde os conceitos históricos são dos mais variados, contribuindo de forma eloquente para uma constatação cada vez mais evidente, de que a análise de Maquiavel e de sua obra é algo extremamente complexo.

Russell o acha “chocante”, contudo, admite que “muitos outros homens também o seriam, se fossem igualmente livres de hipocrisia”. Por isso, admite que “grande parte da difamação convencional ligada ao seu nome deve-se à indignação dos hipócritas, que odeiam o franco reconhecimento das más ações”.¹⁶

Entre os conceitos divergentes formulados ao longo da história a respeito de Maquiavel, podemos citar, a título de amostra, o emitido pelo Cardeal-Arcebispo de Canterbury, Reginald Pole, que declarou que *O Príncipe* foi redigido “pela mão do Demônio”.¹⁷ É bom lembrar que no Concílio de Trento (1545-1563), *O Príncipe* foi condenado e colocado no *Índex*.¹⁸ Em outra vertente, temos o testemunho de Baruch Espinosa (1632-1677), em sua obra *Tratado Político*, publicada postumamente (1677), onde diz:

Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente reear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preocupar-se consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor quanto mais se concorda em considerá-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária a conservar, ele deu opiniões muito salutares.¹⁹

¹⁵ Sinal Cumprem, Marsílio e Maquiavel: In: FITZGERALD, Ross (Org.). *Pensadores políticos comparados*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 93 e 100. Abbagnano o chama de “primeiro escritor político da Idade Média”. ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984, v. 5, p. 56.

¹⁶ RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, v. 1, p. 20.

¹⁷ Cf. CHEVALLIER, *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*, p. 45.

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 45; BERLIN, O problema de Maquiavel, p. 129. Contudo, como sabemos, não há censura totalmente eficaz; ela sempre tem as suas brechas e ambiguidades. Ao mesmo tempo, a censura na divulgação de livros proibidos, como Diderot (1763) já o observara sarcasticamente, terminava por ser uma espécie de promotora dos mesmos pelo estímulo à curiosidade. Ver: CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora UNESP, 2007; DARNTON, Robert. *Edição e sedução: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 15; BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 139.

¹⁹ ESPINOSA, Baruch. *Tratado político*. Os Pensadores, v. 17. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 329.

Contudo, o mais famoso testemunho favorável a Maquiavel é o de J. J. Rousseau (1712-1778), no seu *Contrato Social* (1762), quando diz que Maquiavel, “fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. *O Príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”.²⁰

Da mesma forma, um contemporâneo nosso, Marcílio Marques Moreira afirma no mesmo diapasão que “Maquiavel pode e deve ser considerado como precursor da tradição democrática moderna”.²¹

Particularmente, com a ousadia talvez da ignorância, não compartilho das ideias de Espinosa, Rousseau e Moreira; por outro lado, não vou tão longe como o Cardeal Pole. De qualquer forma, tenho de admitir que *O Príncipe* é um “tratado de pedagogia”.²²

Strauss observa que, ao defender de forma pública ideias antigas e amplamente praticadas, Maquiavel teve o seu nome associado a estes ensinamentos:

Maquiavel é o único pensador político cujo nome entrou no uso comum para designar um tipo de política que existe e que seguirá existindo qualquer que seja a sua influência, uma política guiada exclusivamente por considerações de conveniência, que emprega todos os meios, justos ou injustos, o aço ou veneno, para alcançar seus fins – sendo seu fim o engrandecimento da própria pátria –, porém também colocando a pátria ao serviço do engrandecimento do político ou estadista, ou do próprio partido.²³

Analisemos então, alguns aspectos do pensamento de Maquiavel.

Como bem sabemos, Maquiavel desejando alcançar a graça do príncipe Lorenzo II (1492-1519),²⁴ escreveu *O Príncipe* em 1513, dedicando-lhe a

²⁰ ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. Os Pensadores, v. 24. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 95. Ver também: ARON, Raymond. *Estudos políticos*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 99ss.; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 173-174.

²¹ MOREIRA, Marcílio M. O pensamento político de Maquiavel: In: *Maquiavel, O Príncipe – Estudos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 113.

²² CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 246.

²³ STRAUSS, Leo. Nicolás Maquiavelo: In: STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph (compiladores). *Historia de la filosofía política*. México: Fondo de Cultura Económica, © 1993, 1996 (reimpresión), p. 287. De modo ilustrativo do que foi dito, no *Dicionário de Política* editado por Bobbio e outros, no verbete *Maquiavelismo*, lemos: “... expressão usada especialmente na linguagem ordinária para indicar um modo de agir, na vida política ou em qualquer outro setor da vida social, falso e sem escrúpulos, implicando o uso da fraude e do engano mais que da violência...”. PISTONE, Sérgio. *Maquiavelismo*: In: BOBBIO, Norberto et al. (Eds.). *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, v. 2, p. 738.

²⁴ Ver a carta dedicatória ao príncipe na obra. MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Os Pensadores, v. 9. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 9-10. Na mesma edição encontra-se a carta escrita por Maquiavel ao embaixador florentino Francesco Vettori, em 10/12/1513, p. 117-120.

sua obra. Ao que parece, o seu livro só foi entregue a Lorenzo em 1515, em forma manuscrita. O príncipe recebeu o livro friamente e, possivelmente, jamais o leu.²⁵

Maquiavel é o teórico do resultado. O Estado não pode estar preso aos valores morais prevalecentes.²⁶ No caso de *O Príncipe*, ele propõe a perpetuação do governante no poder. Para alcançar seus objetivos, todos os meios são válidos. Assim, ao príncipe ele sugere a venda de um perfil que represente as virtudes consideradas relevantes pelo povo, tais como: piedade, fidelidade, humanidade, integridade e religiosidade. No comportamento e palavras do príncipe, deve estar sempre embutida a aparência destas qualidades consideradas relevantes pelo povo.

Como que querendo se desculpar desses princípios – conforme observou Napoleão²⁷ –, Maquiavel afirma que “se os homens todos fossem bons, este preceito seria mau”.²⁸ No capítulo XVII de sua obra, Maquiavel já havia tratado desse assunto, dizendo que os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro.²⁹

1.2 *História, religião e poder*

Dentro da hipocrisia oficializada por Maquiavel, encontramos a priorização da religiosidade, como meio de o príncipe permanecer no poder. Nesta visão extremamente pessimista a respeito do homem que, por ser essencialmente o mesmo, age sempre dirigido pelas mesmas motivações, paixões e interesses³⁰ –, Maquiavel diz que “os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos veem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente...”³¹ Assim sendo, o que realmente importa são os resultados obtidos. Os meios serão sempre considerados bons se alcançarem os objetivos propostos. Alguém poderia argumentar: os fins propostos estão associados ao “bem comum”. De fato. Contudo, quem estabelece o “bem comum” não é o príncipe? Logo, o “bem comum” é dele ou do que ele julgar comum aos súditos.³² É justamente

²⁵ Cf. CHEVALLIER, *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*, p. 44.

²⁶ Cf. PAIM, Antonio et al. *As grandes obras da política em seu contexto histórico*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1999, p. 57.

²⁷ Na passagem citada infra, Napoleão Bonaparte, enquanto general, anotou na margem de seu livro: “Retratção pública de moralista”. MAQUIAVEL, N. *O príncipe: comentado por Napoleão Bonaparte*. 11. ed. São Paulo: Hemus Editora, © 1977, p. 99.

²⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 80.

²⁹ *Ibid.*, p. 76.

³⁰ Cf. FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*, São Paulo: Edições Loyola, 2001, v. 3, p. 1856.

³¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 81.

³² Ver: CASSIRER, *O mito do estado*, p. 176.

aí que reside o poder: em utilizar uma estratégia adequada para que o príncipe permaneça no poder. Os fins justificam os meios!³³ Dito de um modo mais, digamos, palatável: se os fins são considerados justos, os meios são louváveis.³⁴ Ah, ia me esquecendo: quem determina o que é justo é o príncipe.

Um bom exemplo:

Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça, humanidade ou crueldade, glória ou ignorância. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo mais.³⁵

Outro: “... cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel: apesar disso, deve cuidar de empregar convenientemente essa piedade”.³⁶

Continuemos. Maquiavel sustenta que o fato de Rômulo ter matado seu irmão Remo é justificado pelo seu objetivo e sucesso em alcançá-lo:

Nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destes. E quando o resultado for bom, com no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará.³⁷

Como exemplo de alguém que ilustra de forma concreta sua tese, cita Fernando de Aragão, o católico (1452-1516), que em 02/02/1492 invade Granada, o último baluarte mouro na Península Ibérica, marcando assim, a vitória definitiva do catolicismo sobre os muçulmanos na península.³⁸ Na

³³ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 81. De fato, apesar de propor em toda a sua obra este conceito, Maquiavel não o empregou textualmente em nenhum momento. Ao que parece, uma frase similar foi emitida pelo padre jesuíta Hermann Busenbaum (1602-1668), que escreveu: “Quando o fim é lícito, os meios também são lícitos”. *Medulla Theologiae Moralis*, IV.3.2. Apud ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*, 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 615.

³⁴ Cf. SPITZ, Jean-Fabien. Maquiavel. In: CANTO-SPERBER, Monique (Org.). *Dicionário de ética e filosofia Moral*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003, v. 2, p. 128b.

³⁵ MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Coleção Pensamento Político, v. 3. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, III.41, p. 445.

³⁶ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 75.

³⁷ MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, I.9, p. 49.

³⁸ A Inquisição, trazida para a Espanha por Fernando e Isabel em 1478, sendo estabelecida definitivamente em 17/09/1480, ficou ali conhecida como “Santo Ofício”. Aos poucos ela foi se fortalecendo na Espanha e os judeus e mouros se tornaram seus alvos preferidos. Em 1480 o rei mouro Mulei Assan se negou a continuar pagando impostos aos reinos de Aragão e Castela, unidos desde 1469 com o casamento de Fernando de Aragão (1452-1516) e Isabel de Castela (1451-1504). Fernando atacou Granada e depois de mais de dez anos de lutas, os mouros sitiados e famintos não encontraram outra alternativa,

opinião de Maquiavel, o rei Fernando apenas usava da religião, sendo de fato um homem irreligioso.³⁹

Assim, Maquiavel propõe uma ética “nariz de cera”, que se inclina sempre para a estratégia que se mostrar mais efetiva na consumação de seu objetivo. Na elaboração de seus princípios, Maquiavel considera a História como mestra, emitindo conceitos que se coadunam com os exemplos extraídos da mesma, daí as suas normas serem sempre ilustradas por fatos históricos, quer pretéritos, quer presentes.

Parece-nos relevante destacar que a sua visão cíclica da história⁴⁰ gera um fatalismo cíclico. Deste modo, a sociedade é composta por indivíduos que ocupam um lugar predeterminado, o qual não lhes compete modificar,

senão pedir a paz. Assim, em 25/11/1491, entregaram a cidade e as munições, assinando um tratado de rendição. No dia 2 de janeiro de 1492, o rei Fernando acompanhado de sua esposa Isabel, entrou triunfante em Granada. O papa Inocêncio VIII concedeu-lhe o título de Rei Católico. Fernando e Isabel, influenciados pelo dominicano Tomás de Torquemada (1420-1498) (Cf. HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Portugal: Publicações Europa América, (s.d.), v. I, p. 53), promulgaram em 31 de março de 1492 uma lei ordenando que todo judeu que não aceitasse o batismo teria que abandonar a Espanha dentro de quatro meses. Este decreto fez com que muitos judeus se submetessem ao batismo. Entretanto, como era de se esperar, tinha-se sérias dúvidas da sua sinceridade. Muitos outros, então, preferiram deixar a Espanha, para iniciar a sua vida em outro lugar. Sem esquecer-nos da flexibilidade estatística da época, calcula-se que entre 160.000 e 200.000 judeus abandonaram a Espanha nesse período (ver: CORREIA, António Mendes et al., eds., *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Limitada, (s.d.), v. 32, p. 145 e DAVIES, Reginald T. et al. Spain: In: *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: William Benton, 1962, v. 21, p. 122b). Paul Johnson diz que à época havia na Espanha cerca de 200.000 judeus e “100.000 fizeram penosa caminhada através da fronteira para Portugal, de onde, por sua vez foram expulsos quatro anos mais tarde. Cerca de 50.000 atravessaram os estreitos para a África do Norte ou em navio para a Turquia” (JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1989, p. 231). Herculano (1810-1877), possivelmente com algum exagero, diz que só nesse ano (1492), oitocentos mil judeus viajaram para a África e Portugal, indo cerca de um terço para Portugal (Cf. HERCULANO, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, v. I, p. 53, 68). Na África, foram espoliados pelos mouros, repetindo o que se dera na Espanha, quando foram despojados de todo o ouro e prata que possuíam. Muitos, não resistindo à dupla espoliação, preferiram voltar “convertidos” para a Espanha, aceitando o batismo. A observação feita por Herculano parece-nos extremamente pertinente, quando conclui que essas conversões, que redundavam em batismo, “faziam milhares de hipócritas, mas bem poucos cristãos sinceros” (Ibid., v. I, p. 42). Outro fato patético é que “em fins de julho de 1492 a expulsão era um fato consumado” (JOHNSON, *História dos judeus*, p. 231). Assim se encerrava a história da comunidade judaica na Espanha, porém não a história dos judeus ditos “convertidos”. Apesar do zelo religioso alegado por Fernando e Isabel como motivo para perseguirem os judeus, sabe-se que grande parte da sua hostilidade, bem como da do povo espanhol contra os judeus, estava ligada à antipatia racial, ao desejo de estabelecer uma unidade “emocional” em seu território e à inveja provocada pela prosperidade deles.

³⁹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 8 e 99.

⁴⁰ Dentro desta perspectiva, o curso dos acontecimentos é comandado por uma necessidade absoluta que dirige a história sem um objetivo final, conduzindo-nos ao fatalismo cíclico. Deste modo, o homem é apenas um espectador do universo que pode até prever os eventos, todavia, não mudá-los. Ver: PIPER, Otto A. *A interpretação cristã da história*. Coleção da *Revista de História*. São Paulo, 1956, p. 15.

apenas conservar. Coerente com este conceito, Maquiavel, respaldado por uma prática já consagrada na história, teoriza a respeito do *modus vivendi* e *modus faciendi* dos homens e, neste ato, ajuda a perpetuar uma prática convencional.

Maquiavel entende que 50% de nossa vida e destino estão entregues à Sorte ou Fortuna, “divindade cega”,⁴¹ ou melhor, divindade que nos cega para não escaparmos de seus desígnios.⁴² Notemos que aqui Maquiavel substitui a palavra *Providência* por *Fortuna*; no entanto, mais do que a palavra, ele modifica o conceito. A *Fortuna* em Maquiavel é a forma secularizada da Providência; é uma espécie de poder do acaso que age visivelmente por meio das vicissitudes às quais todos estão sujeitos.⁴³ A outra metade é comandada pelo nosso livre arbítrio,⁴⁴ que é o motor e a finalidade da “*virtù*”.⁴⁵ Deste modo, os homens podem conquistar parte da sorte pela “*virtù*”,⁴⁶ mas nunca opor-se a ela, aos seus desígnios, nem controlá-la. No entanto a *Sorte* é bastante passional:

Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque a sorte é mulher, e para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam.⁴⁷

Por isso, para escapar de um fatalismo rígido, Maquiavel sugere a conquista de parte do território governado pela fortuna, pela “*virtù*”, que é a capacidade de liderança e de grandes feitos.⁴⁸ O caminho de que dispomos

⁴¹ CHEVALLIER, *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*, p. 84.

⁴² MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, II,29, p. 291-293.

⁴³ Cf. SPITZ, Maquiavel, v. 2, p. 127b. Ver: CASSIRER, *O mito do estado*, p. 188ss. “Quando Montaigne visitou a Itália, ele submeteu seus *Ensaios*, então recentemente publicados, a um censor papal, que sugeriu algumas alterações – referências à fortuna deviam ser mudadas para providência...”. BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 59.

⁴⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 109 e 114.

⁴⁵ Cf. EDMOND, Michel-Pierre. Maquiavel. In: CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER, E. (Coords.). *Dicionário de obras políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 762.

⁴⁶ Moreira observa que “Maquiavel retoma, e transforma em símbolo, o conceito de *virtù*, deusa pagã, a ela apenas se referindo em sua forma italiana e no singular, em contraste com o plural latino *virtudes*, da tradição cristã”. MOREIRA, Marcílio M. *De Maquiavel a San Tiago: ensaios sobre política, educação e economia*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 27.

⁴⁷ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 111.

⁴⁸ Cf. MOREIRA, O pensamento político de Maquiavel, p. 106-107 e TOUCHARD, Jean. *História das ideias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, © 1959, v. 2, p. 23.

é o da “oportunidade”. Compete ao príncipe – a exemplo de Moisés, Ciro, Teseu, entre outros – usar do seu livre arbítrio,⁴⁹ – uma decisão prática de agir⁵⁰ –, para não entregar seu futuro simplesmente à sorte.

... digo que se vê hoje o sucesso de um príncipe e amanhã a sua ruína, sem ter havido mudança das suas qualidades. Creio que a razão disso, conforme o que se disse anteriormente, é que, quando um príncipe se apoia totalmente na fortuna, arruína-se segundo as variações daquela.⁵¹

É preciso saber variar o nosso procedimento conforme as circunstâncias. O método que funcionou ontem, pode não funcionar hoje. As circunstâncias devem ser avaliadas. Portanto, conclui: “Também julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder”.⁵² Portanto, a “virtù” é indispensável ao príncipe em seus embates e desafios.⁵³

Curiosamente, em *O Príncipe*, Maquiavel não está preocupado em tratar de qual seja a melhor forma de governo; ele objetiva apenas fornecer, amparado nos exemplos históricos, uma estratégia eficaz de fazer reinar a ordem social sob o domínio do príncipe. Deste modo, ele mostra as coisas como lhe parecem, não necessariamente como deseja que fossem. Sua visão é essencialmente pragmática.

Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.⁵⁴

Se olharmos sua ética com extrema bondade e ingenuidade, poderá parecer-nos que Maquiavel apenas expõe um “imperativo hipotético” sem

⁴⁹ “Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e parte da glória que nos cabe”. MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 114.

⁵⁰ Cf. EDMOND, Maquiavel, p. 760.

⁵¹ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 110.

⁵² Ibid., p. 110.

⁵³ Cf. SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, p. 142. Ver também p. 149-159.

⁵⁴ MAQUIAVEL, *O príncipe*, p. 69.

nenhum compromisso com a moralidade ou não de seus fins.⁵⁵ Acredito, contudo, que o “imperativo hipotético” só se torna destituído desta responsabilidade na hipótese da ignorância dos objetivos da pessoa a quem ele é dirigido. Assim, se alguém me pergunta sobre a melhor maneira de matar um homem, posso dizer-lhe sobre o emprego de uma arma; todavia, se esta mesma pessoa me diz que pretende matar um homem e me faz a pergunta referida acima, não posso indicar-lhe o meio sem me tornar de alguma forma responsável por parte do seu crime, caso venha a se concretizar. O curioso, é que ninguém pediu os conselhos de Maquiavel; ele é quem voluntariamente os deu.

Analisando outra vertente, podemos observar que o tipo de meio que eu emprego deve se harmonizar eticamente com o meu objetivo; os meios revelam os meus fins. Deste modo, a proposta de hipocrisia, de não manutenção da palavra, entre outras, feita por Maquiavel, deve ser olhada como o caminho sugerido por um imoral, rumo a uma moralidade falsa e perniciososa que, a rigor, é uma imoralidade. O “realismo” de Maquiavel parece-nos, se a sua descrição da realidade for correta, uma colaboração bem elaborada para que ela permaneça com muito boa saúde.

Se, por outro lado, Maquiavel apenas emitiu seus conceitos para agradar o príncipe e, decididamente, não cria no que preceituou, encontramos mais uma vez a fragilidade do seu caráter: seus interesses pessoais (ou mesmo coletivos), fazem-no expressar e perpetuar conceitos que abomina. Nesse caso, sua ambição foi inconsequente. Podemos aplicar seu conceito à sua prática. Em outro lugar, Maquiavel escreveu: “A ambição do homem é tão violenta que, para satisfazer o desejo do momento, não reflete nas desvantagens resultantes”.⁵⁶

Considero conclusivas as palavras de Cassirer:

Maquiavel considerava a luta política como um jogo de dados. Tinha estudado profundamente as regras do jogo. Mas não tinha a menor intenção de alterar ou criticar essas regras. A sua experiência política ensinara-lhe que nunca o jogo político fora jogado sem fraude, mentira, traição e felonias. Ele nem recomendava nem reprovava essas coisas. A sua preocupação era descobrir o melhor lance – o lance que ganha a partida. (...) Maquiavel, na sua teoria, esquece que o jogo político se joga com verdadeiros homens, e não com marcas, e que o que está em jogo é a felicidade ou desgraça desses homens.⁵⁷

⁵⁵ Kant afirma: “O imperativo hipotético diz, pois, apenas que a ação é boa em vista de qualquer intenção possível ou real”. KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Os Pensadores, v. 25. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 219.

⁵⁶ MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, II.20, p. 264.

⁵⁷ CASSIRER, *O mito do estado*, p. 174, 175.

2. JOÃO CALVINO: PROVIDÊNCIA E RESPONSABILIDADE

2.1 Sua formação

Calvino foi, sem dúvida, o principal arquiteto da tradição reformada do protestantismo.⁵⁸ Vejamos como isso se deu. João Calvino nasceu em 10 de julho de 1509 em Noyon, Picardia, sendo o segundo filho de uma família de cinco irmãos.⁵⁹ Seu pai, Gérard Cauvin, era de origem humilde; sua mãe, Jeanne Lefranc, uma senhora piedosa, proveniente de família abastada, morreu quando Calvino tinha uns 5 ou 6 anos. Como Gérard era secretário apostólico de Charles de Hangest – bispo de Noyon (1501-1525) – e procurador fiscal do município, sua família mantinha íntimas relações com as famílias nobres de sua região, sendo ele próprio um ambicioso visionário que procurou encaminhar a educação de seus filhos da melhor maneira possível usando dos meios e recursos de que dispunha.

Posteriormente, Calvino, acompanhado de alguns amigos, filhos de nobres de sua terra natal, foi para Paris, onde recebeu treinamento para o sacerdócio, estudando alguns meses no Collège de la Marche (humanidades e latim) (agosto de 1523),⁶⁰ tendo como mestre o grande humanista Maturinus Corderius. Posteriormente foi para uma escola menos requintada em seus costumes e mais dura em sua disciplina e de orientação escolástica: Collège de Montaigu⁶¹ (gramática, filosofia e teologia) (1524), por onde também passaram Erasmo de Roterdã e Rabelais (c. 1483-1553). Calvino estudou sob a direção de um mestre espanhol grandemente competente, Antonio Coronel, com quem fez grandes progressos, destacando-se entre os seus colegas no estudo da gramática. Neste período, também foi, ao que parece, grandemente influenciado por outro de seus professores, que havia retornado a Montaigu (1525-1531), o escocês John Major ou Mair (1469-1550). Major, que era nominalista a seu modo, tentou fazer uma síntese entre o nominalismo e o realismo.

⁵⁸ Cf. BATTLES, Ford Lewis. Preface. In: BATTLES, F. L.; TAGG, Stanley (trads. e eds.). *The Piety of John Calvin: An Anthology Illustrative of the Spirituality of the Reformer*. Grand Rapids, MI: Baker, 1978, p. 7.

⁵⁹ Cf. BEZA, Theodoro de. *A vida e a morte de João Calvino*. Campinas, SP: Luz Para o Caminho, 2006, p. 8.

⁶⁰ McGrath discute a possibilidade de esta interpretação tradicional ser equivocada. Em sua opinião Calvino não estudou no Collège de la Marche. McGRATH, Alister E. *A vida de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, p. 37-43.

⁶¹ As regras do Collège de Montaigu eram bastante rígidas e a alimentação precária. É famosa a descrição de Erasmo a respeito desta escola. Entre outros trabalhos, ver: ERASMUS, D. *The colloquies of Erasmus*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965, p. 351-353; BAINTON, Roland H. *Erasmus da cristandade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (1988), p. 39ss. e McGRATH, *A vida de João Calvino*, p. 44-45. Para um estudo detalhado de Montaigu, a obra clássica é a de GODET, Marcel. *La congrégation de Montaigu*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1912.

Em 1528 – concluído o seu curso de Artes –, por determinação de seu pai Calvino foi estudar na concorrida Universidade de Orléans, de cunho mais humanista, onde se dedicaria ao estudo de Direito civil. Lá tornou-se bacharel em Direito (“licencié en lois”) (14/02/1531). Como Calvino resolveu deixar a universidade antes de completar os estudos, a Academia – em reconhecimento aos seus serviços prestados – resolveu por voto unânime de seus professores conferir-lhe o grau de Doutor em Direito, sem cobrar-lhe as taxas habituais; no entanto, não há consenso se Calvino aceitou ou não o título. Foi então para Bourges, certamente atraído pelo famoso humanista e mestre de Direito, o italiano Andrea Alciati (1492-1550), “um jurista de primeira linha, teórico da soberania do Príncipe”.⁶² Na já famosa Universidade de Bourges, fundada em 1463 por Luís XI, estudaria com Alciati e Melchior Wolmar, a quem conhecera em Orléans.

Quando um de seus amigos, Nicolás Cop, foi eleito reitor da Universidade de Paris, Calvino talvez o tenha ajudado a preparar o seu discurso de posse,⁶³ que foi lido na igreja dos Maturinos, como de costume no dia 1º de novembro de 1533. Neste discurso propunha-se uma reforma na Igreja. A resposta foi imediata. Cop e Calvino tiveram de fugir de Paris; Cop voltou à sua terra natal, Basiléia, e Calvino para outras cidades francesas. Em 1534, Calvino completaria 25 anos, idade legal para ser ordenado. Este é o momento de assumir de fato a sua fé e ofício. Assim, em 4 de maio de 1534, voltou a Noyon e renunciou aos benefícios eclesiásticos. As perseguições então se intensificaram. Novamente ele iniciou suas peregrinações: Paris, Angoulême, Poitiers; passaria algum tempo na Itália, Estrasburgo e Basiléia (1535). Como fica evidente, nesse ínterim Calvino havia sido convertido ao protestantismo. A questão é: como e quando?

2.2 Sua adesão ao protestantismo

Não nos é possível precisar as circunstâncias e data da “súbita conversão” de Calvino, contudo as evidências apontam para um período entre 1532 e 1534, portanto, em Orléans ou Paris. Sem adentrarmos em especulações, contentemo-nos com suas palavras. No que se refere à sua conversão, disse ele em 1539:

Contrariado com a novidade, eu ouvia com muito má vontade e, no início, confesso, resisti com energia e irritação; porque (tal é a firmeza ou descaramento

⁶² LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O mendigo e o professor: a saga da família Platter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, v. 1, p. 325.

⁶³ Este ponto não é consensual entre os especialistas. Ver: GANOCZY, Alexandre. *The Young Calvin*. Philadelphia: The Westminster Press, 1987, p. 80-83; DANIEL-ROPS, Henri. *A igreja da renascença e da reforma: I. A reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996, p. 370; PANNIER, Jacques. Introdução. *Institutas da religião cristã*: edição especial com notas para estudo e pesquisa. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, v. 1, p. 10.

com os quais é natural aos homens resistir no caminho que outrora tomaram) foi com a maior dificuldade que fui induzido a confessar que, por toda minha vida, eu estivera na ignorância e no erro.⁶⁴

Na introdução do seu comentário de Salmos (1557), descreve:

Inicialmente, visto eu me achar tão obstinadamente devotado às superstições do papado, para que pudesse desvencilhar-me com facilidade de tão profundo abismo de lama, Deus por um ato súbito de conversão, subjugou e trouxe minha mente a uma disposição suscetível, a qual era mais empedernida em tais matérias do que se poderia esperar de mim naquele primeiro período de minha vida.⁶⁵

Também na já citada carta ao cardeal Sadoletto (01/09/1539), Calvino descreve suas angústias espirituais no romanismo, resultantes do que a Igreja pregava.⁶⁶ No entanto, em nenhum momento ele menciona como isso se deu.

2.3 O conforto de confiar no Deus da providência

“Nos fins da Idade Média pesava na alma do povo uma tenebrosa melancolia”, constata o holandês Huizinga.⁶⁷ Os séculos anteriores à Reforma são descritos como um período de grande ansiedade.⁶⁸

Lutero (1483-1546), com suas famosas angústias espirituais, espelhava “a epítome dos medos e das esperanças de sua época”.⁶⁹ Calvino, ainda que não sendo dominado por esse sentimento, refletia uma constatação natural: a fragilidade humana. Sobre os perigos próprios da vida, relaciona:

Incontáveis são os males que cercam a vida humana, males que outras tantas mortes ameaçam. Para que não saíamos fora de nós mesmos: como seja o corpo receptáculo de mil enfermidades e, dentro de si, na verdade, contenha inclusas e fomenta as causas das doenças, o homem não pode a si próprio mover sem que leve consigo muitas formas de sua própria destruição e, de certo modo, a vida

⁶⁴ CALVINO, Juan. *Respuesta al cardeal Sadoletto*. 4. ed. Barcelona: Fundació Editorial de Literatura Reformada, 1990, p. 63.

⁶⁵ CALVINO, João. *O Livro dos salmos*. São Paulo: Paracletos, 1999, v. 1, p. 38.

⁶⁶ CALVINO, *Respuesta al cardeal Sadoletto*, p. 61-64.

⁶⁷ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1978, p. 31.

⁶⁸ Tillich denomina a ansiedade predominante nos fins da Idade Média de “ansiedade moral” e “ansiedades da culpa e da condenação”. TILLICH, Paul. *A coragem de ser*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 44 e 45. Ver também: TILLICH, Paul. *História do pensamento cristão*. São Paulo: ASTE, 1988, p. 210ss.; MAY, Rollo. *O significado de ansiedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 175ss.; GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 25ss.; DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, *passim*.

⁶⁹ GEORGE, *Teologia dos reformadores*, p. 26.

arraste entrelaçada com a morte. Que outra coisa, pois, hajas de dizer, quando nem se esfria, nem sua, sem perigo? Agora, para onde quer que te voltes, as cousas todas que a teu derredor estão não somente não se mostram dignas de confiança, mas até se afiguram abertamente ameaçadoras e parecem intentar morte pronta. Embarca em um navio: um passo distas da morte. Monta um cavalo: no tropeçar de uma pata a tua vida periclita. Anda pelas ruas de uma cidade: quantas são as telhas nos telhados, a tantos perigos estás exposto. Se um instrumento cortante está em tua mão ou de um amigo, manifesto é o detrimento. A quantos animais ferozes vês, armados estão-te à destruição. Ou que te procures encerrar em bem cercado jardim, onde nada senão amenidade se mostre, aí não raro se esconderá uma serpente. Tua casa, a incêndio constantemente sujeita, ameaça-te pobreza durante o dia, durante a noite até mesmo sufocação. A tua terra de plantio, como esteja exposta ao granizo, à geada, à seca e a outros flagelos, esterilidade te anuncia e, dela a resultar, a fome. Deixo de referir envenenamentos, emboscadas, assaltos, a violência manifesta, dos quais parte nos assedia em casa, parte nos acompanha ao largo. Em meio a estas dificuldades, não se deve o homem, porventura, sentir assaz miserável, como quem na vida apenas semivivo, sustenha debilmente o sôfrego e lânguido alento, não menos que se tivesse uma espada perpetuamente a impender-lhe sobre o pescoço?⁷⁰ Não há parte de nossa vida que não se apresse velozmente para a morte⁷¹. E o que mais somos nós senão um espelho da morte?⁷²

No entanto, Calvino não termina seu argumento numa descrição “existencialista” da vida, mas na certeza própria de um coração dominado pela Palavra de Deus. Assim, ele conclui falando da “incalculável felicidade da mente piedosa”.⁷³

Quando, porém, essa luz da Divina Providência uma vez dealbou ao homem piedoso, já não só está aliviado e libertado da extrema ansiedade e do temor de que era antes oprimido, mas ainda de toda preocupação. Pois assim como, com razão, se arrepia de pavor da Sorte, também assim ousa entregar-se a Deus com plena segurança.⁷⁴

... o homem crente e fiel é levado a contemplar, mesmo nessas coisas, a clemência de Deus e Sua bondade paternal. E assim, ainda que se sinta consternado pela morte de todos os que lhe são chegados e veja sua casa deserta, não deixará de bendizer a Deus. Antes se dedicará a meditar: Visto que a graça de Deus habita em sua casa, não a deixará triste e vazia; ainda que as suas vinhas

⁷⁰ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. Campinas, SP/São Paulo: Luz para o Caminho/Cultura Cristã, 1985, I.17.10.

⁷¹ CALVINO, João. *O Livro dos salmos*. São Paulo: Parakletos, 2002, v. 3, p. 585.

⁷² *Ibid.*, p. 586.

⁷³ CALVINO, *As Institutas da Religião Cristã*, I.17.10.

⁷⁴ *Ibid.*, I.17.11.

e suas lavouras sejam destruídas pela geada, pela saraiva ou por qualquer outro tipo de tempestade, prevendo-se por isso o perigo de fome, ainda assim ele não perderá o ânimo e não ficará descontente com Deus. Em vez disso, persistirá em sua firme confiança, dizendo em seu coração: Apesar disso tudo, estamos sob a proteção de Deus, somos “ovelhas de sua mão” e “rebanho do seu pastoreio”. Por mais grave que seja a improdutividade da terra, Ele sempre nos dará o sustento. Mesmo que o crente padeça enfermidade, não se deixará abater pela dor nem se deixará arrastar pela impaciência e queixar-se de Deus. Ao contrário, considerando a justiça e a bondade do Pai celestial nos castigos que nos ministra, o crente fiel se deixará dominar pela paciência.⁷⁵

Calvino admite que para qualquer lado que olharmos encontraremos sempre desespero, até que tornemos para Deus, em quem encontramos estabilidade no meio de um mundo que se corrompe.⁷⁶ Escreve então:

A regra que devemos observar, quando estamos em angústia e sofrimento, é esta: que busquemos conforto e alívio só na providência de Deus; porque em meio a nossas agitações, apertos e preocupações devemos encher-nos da certeza de que sua função peculiar consiste em prover alívio ao miserável e aflito.⁷⁷

2.4 Os caminhos misteriosos da providência

A maior de todas as misérias é o desconhecimento da providência de Deus; e a suprema bem-aventurança é conhecê-la – João Calvino.⁷⁸

Não há homem de mente tão embotada e estúpida que não consiga ver, bastando dar-se ao trabalho de abrir seus olhos para o fato de que é pela espantosa providência de Deus que os cavalos e bois prestam seus serviços aos homens – que as ovelhas produzem lã para vesti-los –, e que todas as sortes de animais os suprem de alimento para sua nutrição e sustento, mesmo de sua própria carne – João Calvino.⁷⁹

A compreensão de Calvino a respeito da direção de Deus sobre todas as coisas, ao contrário do que poderia parecer, não o leva à ociosidade ou a um tipo de perspectiva fatalista afirmando que nada podemos fazer a não ser nos contentar com o que está previamente fixado por uma causa sobrenatural. Pelo contrário, sua compreensão de providência de Deus inspira-o ao trabalho,

⁷⁵ CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã: edição especial com notas para estudo e pesquisa*, São Paulo: Cultura Cristã, 2006, v. 4, p. 195-196.

⁷⁶ CALVINO, *O Livro dos Salmos*, v. 3, p. 586.

⁷⁷ *Ibid.*, v. 1, p. 205 (SI 10.1).

⁷⁸ CALVINO, *As Institutas da Religião Cristã*, I.17.11.

⁷⁹ CALVINO, *O Livro dos Salmos*, v. 1, p. 173.

consciente de que somos instrumentos de Deus para a execução do seu sábio e eterno propósito. Esta doutrina tem, portanto, uma “urgência pragmática” para todo o povo de Deus. O tempo é um recurso precioso que Deus nos concede para o progresso em todas as esferas de nossa vida.⁸⁰

Ilustremos a visão de Calvino em sua própria existência. Em 1539, Calvino, o jovem de 30 anos, podia tornar a fazer o que julgava determinado à sua vida: o estudo, a reflexão e a pregação. Com este objetivo, dirige-se a Estrasburgo. Ele deveria ter chegado a Estrasburgo em 1536, contudo, por encontrar-se impedida a estrada que daria acesso direto àquela cidade, teve de pernoitar em Genebra, “não mais que uma noite”. No entanto, o tímido e discreto Calvino, que desejava passar anônimo, foi descoberto... Então teve seu encontro dramático com o pastor Guilherme Farel (1489-1565), que o persuadiu a permanecer em Genebra e, juntos, levar adiante a Reforma que oficialmente fora adotada “democrática e unanimemente pelo Conselho Geral” naquela cidade, em 21 de maio de 1536. Calvino, mais tarde, em 1557, relembrando o fato, diria que Farel o convenceu, “não propriamente movido por conselho e exortação, e, sim, movido por uma fulminante impreciação, a qual me fez sentir como se Deus pessoalmente, lá do céu, houvera estendido sua poderosa mão sobre mim e me aprisionado”. Continua:

E, ao descobrir [Farel] que meu coração estava completamente devotado aos meus próprios estudos pessoais, para os quais desejava conservar-me livre de quaisquer outras ocupações, e percebendo ele que não lucraria nada com seus rogos, então lançou sobre mim uma impreciação, dizendo que Deus haveria de amaldiçoar meu isolamento e a tranquilidade dos estudos que eu tanto buscava, caso me esquivasse e recusasse dar minha assistência, quando a necessidade era em extremo premente.

Farel conseguiu: “Sob o impacto de tal impreciação, eu me senti tão abalado de terror, que desisti da viagem que havia começado”.⁸¹ Depois de tentarem implantar de fato a reforma em Genebra, em 1538, com a mudança política, Calvino e Farel foram expulsos da cidade.

Deus dirige todos os eventos: crê. Agora, finalmente está em Estrasburgo disposto a recomeçar sua vida pastoral e de estudo, tendo então, como marco desta nova fase, a redação do seu comentário do livro que considerava o principal das Escrituras: a Epístola de Paulo aos Romanos (1539).

Não sabia Calvino que em Estrasburgo encontraria outro “Farel”, chamado Martin Bucer (1491-1551) que,

⁸⁰ CALVINO, João. *Exposição de Hebreus*. São Paulo: Edições Paracletos, 1997, p. 140.

⁸¹ CALVINO, *O Livro dos Salmos*, v. 1, p. 40-41.

... empregando um gênero similar de censura e protesto ao que Farel recorrera antes, arrastou-me de volta a uma nova situação. Alarmado com o exemplo de Jonas, o qual ele pusera diante de mim, ainda prossegui na obra do ensino. E embora continuasse como sempre fui, evitando por todos os meios a celebridade, todavia fui levado, sem o saber, como pela força, a comparecer às assembleias imperiais, onde, voluntária ou involuntariamente, fui forçado a aparecer ante os olhos de muitos.⁸²

A situação política mudou em Genebra. Assim, em 22 de outubro de 1540 – entre outras cartas enviadas –, o Conselho dos Duzentos resolve convidar Calvino a voltar para Genebra; ele hesita. Em 1º de maio de 1541, o Conselho Geral, por considerar Calvino e Farel “pessoas de bem e de Deus”, revoga o edito de banimento de 1538. Farel, que convencera Calvino em 1536 a permanecer em Genebra, agora, a pedido do Conselho daquela cidade – visto que Calvino não atendera ao seu convite –, convence Calvino a retornar a Genebra em 1541. Em agosto do mesmo ano, Calvino já se decidira; mesmo desejando permanecer em Estrasburgo, voltaria a Genebra: “Mas quando eu me lembro que não pertencço a mim próprio, eu ofereço meu coração, apresentado como um sacrifício ao Senhor”.⁸³ Na manhã de terça-feira de 13/09/1541 os magistrados de Genebra, precedidos por um arauto, foram receber Calvino, percorrendo o mesmo caminho que ele e Farel fizeram três anos antes, passando pela porta Cornavin em direção Versoix. Neste mesmo dia, Calvino entra em Genebra; no dia 16, escreve a Farel dando-lhe notícia da sua entrevista com os magistrados e dos passos para a elaboração da forma para disciplina eclesiástica.⁸⁴

A partir de então, Calvino dá prosseguimento à implantação de uma intensa reforma naquela cidade. Mais tarde (1557), ele contaria que regressou a Genebra com lágrimas, tristeza, ansiedade e abatimento, contrariando a sua “aspiração e inclinação”. Contudo, tinha dentro de si um sentimento maior do que simplesmente fazer o que desejava; confessa:

... o bem-estar desta Igreja, é verdade, era algo tão íntimo de meu coração, que por sua causa não hesitaria a oferecer minha própria vida; minha timidez, não obstante, sugeriu-me muitas razões para escusar-me uma vez mais de, voluntariamente, tomar sobre meus ombros um fardo tão pesado. Entretanto, finalmente uma solene e conscienciosa consideração para com meu dever prevaleceu e me fez consentir em voltar ao rebanho do qual fora separado.⁸⁵

⁸² Ibid., p. 41-42.

⁸³ John Calvin Collection. CD-ROM. Albany, OR: Ages Software, 1998, Calvin, “Letter to Farel,” n. 73.

⁸⁴ John Calvin Collection. CD-ROM. Albany, OR: Ages Software, 1998, Calvin, “Letter to Farel,” n. 76.

⁸⁵ CALVINO, *O Livro dos Salmos*, v. 1, p. 42.

Mas, como ele mesmo diria, comentando o Salmo 13, “é pela fé que tomamos posse de Sua providência invisível”.⁸⁶ Comentando o Salmo 18, diz: “Não há nada mais miserável do que uma pessoa, em adversidade, que entra em desespero por agir segundo o mero impulso de sua própria mente e não em obediência à vocação divina”.⁸⁷ Em tudo isso, ele via a mão de Deus agindo por meio dos eventos e da modelagem de sua vontade.

A sua tarefa não foi fácil nem tranquila.⁸⁸ No entanto, ele tinha a convicção de ser um instrumento de Deus para levar adiante o seu propósito em Genebra na edificação da igreja de Deus. Descrevendo a confiança de Davi, a sua fé em meio a temores, diz:

A verdadeira prova de fé consiste nisto: que quando sentimos as solicitações do medo natural, podemos resisti-las e impedi-las de alcançarem uma indevida ascendência. Medo e esperança podem parecer sensações opostas e incompatíveis, contudo é provado pela observação que esta nunca domina completamente, a não ser quando exista aí alguma medida daquele. Num estado de tranquilidade mental não há qualquer espaço para o exercício da esperança.⁸⁹

Wallace interpreta acertadamente que “os escritos teológicos de Calvino sobre a questão da providência podem frequentemente ser lidos como um testemunho pessoal da fé que o sustentou na obra da sua vida”.⁹⁰

Calvino permaneceu em Genebra até o fim de sua vida (27/05/1564), implementando intensa reforma que se tornou modelo e inspiração especialmente para o mundo ocidental.

Cerca de 300 anos depois, um erudito católico francês, Ernest Renan (1823-1892), como um dos primeiros historiadores da França, revelou sua incompreensão diante da figura inquietante daquele personagem distante no tempo e nas ideias, mas que continuava vivo em seu país e em quase todo mundo ocidental. Assim, nos seus *Estudos da História das Religiões*, revela sua perplexidade, dizendo ter sido ele “o maior cristão do seu século”.⁹¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel e Calvino, dois personagens contemporâneos, com duas cosmovisões tão distintas e, em muitos aspectos excludentes, marcaram a história

⁸⁶ Ibid., p. 262.

⁸⁷ Ibid., p. 354.

⁸⁸ CALVINO, João. *As pastorais*, São Paulo: Paracletos, 1998, p. 306.

⁸⁹ CALVINO, *O Livro dos Salmos*, v. 2, p. 495. Também: v. 2, p. 329.

⁹⁰ WALLACE, Donald S. *Calvino, Genebra e a reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 213.

⁹¹ RENAN, Ernst. *Études d'Histoire religieuse*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires-Éditeurs, 1857, p. 342.

de forma indelével. A influência de ambos permanece até os nossos dias. As suas percepções, inclusive religiosas, moldaram suas compreensões da vida, da ética e da História. Logicamente tudo isso delineou os ensinamentos e comportamento de cada um. Maquiavel, no uso do que acreditava ser o livre arbítrio, negocia, em tons racionais e místicos, com a *Sorte (Fortuna)*, tentando lidar com a maldade congênita do ser humano⁹² e tomar com habilidade – “*virtù*” – parte do controle de seu destino, entendendo que esse fim é nobre, portanto, os meios que usar são lícitos. Ele, portanto, rejeita a atitude passiva frente à vida. Ele parte da contemplação à ação.⁹³

Calvino, diferentemente, crê na direção da História por parte de um Deus soberano, santo, sábio, justo, misericordioso e amoroso. Ele se vê – como a todos os seres humanos – como agente da História que tem parte na execução do propósito de Deus dentro de sua esfera de ação; nas pequenas e grandes coisas. Ou seja: somos meios ordinários por meio dos quais Deus dirige a História. Devemos assumir, portanto, as nossas responsabilidades procurando sempre agir conforme os ensinamentos bíblicos. Devemos usar de todos os recursos legítimos que Deus nos fornece. Sem dúvida Deus pode e de fato age sem meios se assim o desejar; contudo, esta não é a sua forma ordinária de agir. Somos responsáveis pelo uso que fazemos dos recursos que Deus mesmo nos disponibiliza. Deus não nos dispensa do uso do bom-senso naquilo que fazemos.⁹⁴

Deste modo, devemos procurar harmonizar os nossos ideais aos meios e aos fins de Deus, que, em última instância, se concretizam na glória de Deus, que é o alvo final de nossa existência (1Co 10.31).⁹⁵

ABSTRACT

In 2013, the 500th anniversary of the writing of *The Prince* (1513), by Machiavelli, was celebrated in many circles. 2014 marked the 450th anniversary

⁹² “... é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvadez se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo – conhecido justamente como o pai da verdade – vai manifestá-la. (...) Os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte”. MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, I.3, p. 29.

⁹³ EDMOND, Maquiavel, p. 759-760.

⁹⁴ Cf. CALVINO, *As Institutas*, I.17.4. Ver também: *As Institutas*, I.17.9; CALVINO, *As Institutas da Religião Cristã*: edição especial com notas para estudo e pesquisa, v. III, (III.8), p. 77.

⁹⁵ Cf. CALVIN, John. Catechism of the Church of Geneva. In: CALVIN, John. *Tracts and Treatises on the Doctrine and Worship of the Church*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1958, v. 2, p. 37; CALVINO, João. *Instrução na fé*. Goiânia, GO: Logos Editora, 2003, p. 11.

of the death of the French reformer John Calvin (1564). These two characters, with vastly different theoretical frameworks and assumptions, exerted vast influence on the history of ideas and continue to be studied enthusiastically in the 21st century. Costa proposes to examine aspects of their understanding of religion, history, and life, thus evaluating human participation within this scenario.

KEYWORDS

Machiavelli; Calvin; Religion; History; Fortune; Providence.